

Ambiental Transportes Urbanos S.A.

CNPJ/MF nº 08.405.256/0001-90

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)											
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020	Notas	2021	2020	
Circulante		116.128	103.846	Circulante		93.741	68.708	Notas	2021	2020	
Caixa e bancos	4	166	262	Fornecedores		3.893	3.517	Receita operacional líquida	15	155.125	151.774
Contrato de mútuo e Strans	5	114.194	101.408	Obrigações trabalhistas e sociais	10	3.409	3.161	(-) Custo operacionais	(132.423)	(125.259)	
Estoques	6	1.696	1.919	Provisão de férias	10	4.190	4.618	Custo dos serviços prestados	(132.423)	(125.259)	
Adiantamentos		72	257	Empréstimos e financiamentos - CP	9	19.148	15.417	(=) Lucro bruto	22.703	26.515	
Não circulante		4.798	5.619	Impostos e taxas		585	1.247	(-) Despesas administrativas	(22.454)	(24.168)	
Realizável a longo prazo		4.322	4.329	Outras contas a pagar	12	60.847	40.329	Despesas gerais e administrativas	(22.454)	(24.168)	
Depósitos judiciais	7	3.946	4.130	Parcelamento de tributos - INSS	11	1.669	419	(=) Resultado operacional	248	2.347	
Participações societárias		376	199	Não circulante		27.185	40.757	(+) Resultado financeiro	(2.023)	(1.883)	
Imobilizado		8	476	1.290	Exigível a longo prazo	24.701	36.225	(+) Receitas financeiras	57	1.420	
Custo		154.469	155.262	Empréstimos e financiamentos - LP	9	18.331	28.838	(-) Despesas financeiras	(2.080)	(3.303)	
Depreciação e amortizações		(153.993)	(153.972)	Parcelamento de tributos - INSS - LP	11	2.693	2.613	(=) Lucro/(prejuízo) Antes dos impostos	(1.774)	464	
Intangível		8	-	Provisão para contingências	13	3.678	4.774	(-) Imposto de renda e contribuição social	(275)	(623)	
Custo		955	955	Patrimônio líquido		2.484	4.532	(=) Lucro/(prejuízo) do período	(2.049)	(158)	
Depreciação e amortizações		(955)	(955)	Capital social	14	16.687	16.687	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo		120.926	109.465	Prejuízo acumulado		(14.204)	(12.155)	Capital social	16.687	16.687	
				Total do passivo		120.926	109.465	Lucros/(Prej.)			
								Acumulado	16.687	16.687	
								Total	4.690	4.690	
								Saldos em 31/12/2019	(11.997)	(11.997)	

OTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
1. Contexto operacional: A Ambiental Transportes Urbanos S.A. tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista. Em 13 de Dezembro de 2007, a Sociedade, através do Consórcio Leste 4 (do qual fazia parte como empresa líder) obteve a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros do Subsistema Estrutural da Área 4, conforme processo administrativo Nº 2005-0.142.361-0, concorrência Nº 006/2006 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT- Contrato de Concessão nº 037/07 SMT-GAB. Em 11 de Outubro de 2013, conforme o Decreto Municipal nº 54.458, foi declarada a caducidade do Contrato de Concessão nº 037/07-SMT-GAB, sendo em consequência desfeito o Consórcio Leste 4. Em razão disso, iniciou-se o regime de contratação emergencial da AMBIENTAL pela Secretaria Municipal de Transportes – SMT. Em 05/04/2019 foi publicado Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros e Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Articulação Regional, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A. operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados E8, AR9 e AR0. Em 24 de maio de 2019 foi assinado pelo Consórcio Transvida - Contrato 029/2019 – Grupo Local de Articulação Regional Lote AR0. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei nº. 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº. 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 3. Principais práticas contábeis: a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. b) Ativos e Passivos: Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, consequentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. c) Contratos de Mútuos e SPTrans: As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos de bilhetes a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SPTTrans) e Contrato de Mútuo firmado entre Ambientaltrans Investimentos e Participações S.A. e Arvida Administração e Participações S.A. d) Estoques: Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço correto de mercado. e) Imobilizado: Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado. f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo: São apresentados ao valor líquido de realização. g) Passivo Circulante e não Circulante: Os passivos circulares e não circulares são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. h) Fornecedores: Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável. i) Empréstimos e Financiamentos Bancários: Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. j) Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido. k) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas: Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições. l) Provisões: As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tanto como base as melhores estimativas do risco envolvido. m) Provisão para Contingências: Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações civis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto					
á prováveis perdas. n) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos: A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). A administração tem por política apurar periodicamente e especificamente em dezembro de cada ano civil o valor de mercado de sua frota rodoviária.					
o) Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC: As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.					
4. Caixa e bancos:					
				2021	2020
Caixa - numerários				68	262
Bancos - depósitos a vista				98	
Total				166	262
Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte.					
5. Contratos de mútuo e Sptrans					
				2021	2020
Mútuo - Ambientaltrans Invest. Participações				90.453	80.849
Mútuo - Arvida Adm. e Participações				20.096	17.695
São Paulo Transportes - SP Trans				3.645	3.865
Total				114.194	101.408
Contratos de Mútuo com a partes relacionados referem-se aos Empréstimos Ambientaltrans Investimentos e Participações S.A. e Arvida Administração e Participações S.A, a serem recebidos em 2022. 6. Estoques: Composto conforme segue:					
				2021	2020
Peças, componentes e Acessórios				1.501	1.749
Materiais Diversos				76	82
Óleo Diesel				69	46
Óleos, Graxas e Lubrificantes				42	34
Peus e Materiais de Rodagem				8	8
Total				1.696	1.919
7. Depósitos judiciais					
				2021	2020
Penhora - Sptrans				2.255	2.258
Depósitos Judiciais				1.691	1.874
Total				3.946	4.136
8. Imobilizado e intangível					
				Saldos	Saldo
Custo				2020	2021
Instalações				467	14
Veículos de transporte de passageiros				149.613	(892)
Veículos - outros				833	7
Máquinas e equip. (incluso validadores)				2.436	80
Móveis e utensílios				155	-
Aparelhos rastreadores				1.431	-
Benfeitorias bens de terceiros				328	-
Total custo				155.262	102
				(894)	(894)
				154.470	154.470
Taxa de Depreciação					
				Saldos	Saldo
Depreciação acumulada				2020	2021
Instalações				(380)	10%
Veículos de transporte de passageiros				(148.842)	(759)
Veículos - outros				(584)	10%
Máq. equipamentos (incluso validadores)				(2.294)	10%
Móveis e utensílios				(141)	10%
Aparelhos rastreadores				(1.425)	10%
Benfeitorias bens de terceiros				(306)	10%
Total depreciação				(153.972)	(916)
				894	894
				(153.994)	(153.994)
Intangível					
				Licença (software) a amortizar	955
				Amortização de bens intangíveis	(955)
				Total imobilizado	1.290
					(814)
					476
A sociedade realiza periodicamente pesquisa a valor de mercado a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior ao seu valor recuperável "impairment" referente a frota por carro. 9. Empréstimos financeiros					
				Conta garantida - Banco Itau	-
				Conta garantida - Banco Luso	2.790
					2.907

Ilmo Srs. Aos Administradores e acionistas, Ambiental Transportes Urbanos S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Ambiental Transportes Urbanos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambiental Transportes Urbanos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEM

governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor:** pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos da maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

control
ores Independentes S.S. Sandro Casagrande - Socio Contador
SP022159/O-0 CRC 1SP194140/O-9

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.digirionoticias.com.br/>